

## AO JUÍZO DE DIREITO DA X\_VARA DE FAMÍLIA DE XXXXXX

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CÍVIL, PROFISSÃO, filho de **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, RG XXXXX SSP/UF e CPF nº XXXXX, residente e domiciliado na ENDEREÇO, XXXXXX/DF, CEP: XXXXX, telefones: (XX) XXXX-XXXX (com *whatsapp*), e-mail: XXXXX, vem, perante Vossa Excelência, sob o patrocínio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, por ser hipossuficiente, nos termos do art. 98, CPC, com fundamento nos artigos 1.694 § 1º e 1.699 do Código Civil e artigo 15 da Lei nº 5.478/68, ajuizar a presente

### AÇÃO DE

### REVISÃO DE ALIMENTOS

em face de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CÍVIL, PROFISSÃO, maior capaz, nascido em XX.XX.XXXX, com XX (XXX) anos de idade, filho de **FULANO DE TAL** e **FULANO DE TAL**, RG nº XXXX SSP/UF e CPF nº XXXXXX, residente e domiciliado na ENDEREÇO, XXXXXX/DF, CEP:XXXX, telefone (XX) XXXX-XXXX, e-mail: desconhecido, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

#### I - DOS FATOS:

O Requerente é genitor do Requerido, conforme cópia de ação de alimentos, em anexo.

O Requerente esclarece que, por força de decisão judicial proferida nos autos do processo nº **XXXXXXX**, que tramitou perante a

Vara de Família e de Órfãos e Sucessões do XXXXX/DF, está obrigado a pagar ao Requerido, a título de alimentos, o percentual de **50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, com vencimento no dia 10 de cada mês, mais metade do material escolar anual.**

O Requerente esclarece que sobreveio mudança em suas possibilidades, notadamente pelo fato de que **houve redução em seus rendimentos.**

No momento em que a **pensão foi fixada (no ano de 2015), o requerente tinha uma renda melhor, em média, R\$ XXX (XXXX).** Era autônomo, e o deixou de ser em XX.XX.XXXX. Apenas continua a utilizar o antigo e-mail, mas não faz mais eventos.

Atualmente, o requerente trabalha como PROFISSÃO e não possui renda fixa, auferindo mensalmente o **valor aproximado de R\$ XXX (XXXX), pois, após receber o valor bruto do aplicativo, precisa arcar com os gastos do trabalho, em especial, a manutenção do veículo e a gasolina.**

O Requerente convive em união estável, sendo o provedor do lar, haja vista que sua companheira, FULANO DE TAL, é portadora de necessidades especiais (câncer de mama) e foi diagnosticada com depressão, portanto, não trabalha há 2 anos e meio.

Em razão das crises de depressão da sua companheira, o requerente não tem condições de deixa-la sozinha todos os dias. Portanto, deixa de trabalhar quando a companheira precisa do seu auxílio.

Além do requerido, o requerente possui apenas mais um filho, de XX anos de idade, filho do requerente com a sua companheira, que é casado e já não depende mais financeiramente do genitor. No entanto, está desempregado e não possui condições de auxiliar financeiramente a família.

O requerente está em atraso com as contas de água e luz.

Vendeu o ágio do único imóvel que possuía para adquirir o veículo que usa para trabalhar como PROFISSÃO.

Diante do exposto, não é mais possível manter a pensão alimentícia anteriormente fixada.

O requerido apresenta boa saúde e não possui gastos excepcionais para um jovem da sua idade (XX anos), ele não possui gastos com aluguel, porque reside em um imóvel cedido pela avó materna. O requerente, no entanto, não sabe precisar os gastos mensais do requerido. O requerido está estudando, próximo de concluir o ensino médio.

Os gastos mensais do requerente são os seguintes:

Alimentos/ Mercado	XXX
Energia	XXX
Telefone	XXX
Água	XXX
Transporte	XXX
Saúde	XXX
<b>Total</b>	<b>XXXX</b>

Como se verifica, a renda mensal do requerente não é suficiente nem para arcar com os seus gastos, portanto, a pensão alimentícia no valor de, aproximadamente, R\$ XXX, não é proporcional diante da possibilidade do requerente, pois representa, hoje, metade de sua renda.

O requerente realizou empréstimos para realizar o pagamento da pensão alimentícia nos últimos meses e tem adimplido o valor com extrema dificuldade e de forma irregular em razão das dificuldades financeiras.

Assim, o Requerente deseja que a pensão fixada em favor do Requerido seja **revista e fixada no percentual de 20% (vinte**

**por cento) do salário mínimo, com depósito diretamente na conta bancária de titularidade do maior: BANCO TAL, conta poupança n° XXX, agência XXX-X, variação XX, até o dia 10 de cada mês.**

## **II - DO DIREITO:**

A obrigação alimentar tem como pilar sólido a fixação do valor da pensão na proporção da necessidade de quem a reclama e da possibilidade do alimentante.

Neste sentido dispõe o Código Civil:

“Art. 1694...”.

§1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

Art. 1699. Se fixados os alimentos, **sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz**, conforme as circunstancias, exoneração, redução ou majoração do encargo “.

Após a decisão judicial que fixou os alimentos, o Requerente sofreu severa superveniência em sua possibilidade para pagar a obrigação alimentar na forma atual, conforme relatado acima.

No presente caso, a Lei ampara o pedido do Requerente, pois sobrevindo diminuição na sua possibilidade, poderá ingressar com ação de revisão de alimentos para reduzir o encargo.

## DA TUTELA DE URGÊNCIA

O CPC dispõe que “Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito e o perigo de dano** ou o risco ao resultado útil do processo.”

O **perigo de dano** é justamente a impossibilidade de prestar os alimentos e a possível determinação de prisão.

A **probabilidade do direito** está demonstrada pela queda salarial do requerente, que era autônomo (PROFISSÃO), com renda mensal de R\$ XXX, mas, hoje, tem renda de R\$ XXX, como PROFISSÃO.

Pelo exposto, requer a redução dos alimentos, em sede de tutela de urgência de natureza antecipada, para **20% (vinte por cento) do salário mínimo a serem** depositados em **conta bancária de titularidade do maior: BANCO TAL conta poupança n° XXXX, agência XXXX-X, variação XX, até o dia 10 de cada mês.**

## III - DOS PEDIDOS:

Isto posto, requer:

- a)** os benefícios da justiça gratuita, em razão da hipossuficiência econômica do Requerente;

**b)** que os alimentos pagos pelo Requerente sejam revisados provisoriamente para o percentual correspondente a **20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente** e depositados em conta bancária de titularidade do requerido: **BANCO TAL conta poupança nº XXX, agência XXXX-X, variação XX, até o dia 10 de cada mês.**

**c)** o Requerente manifesta o seu interesse em realizar audiência de conciliação para solução da demanda, nos termos do art. 319, VII do CPC.

**d)** A citação do Requerido, para responder aos termos da presente ação, no prazo regulamentar, sob pena de revelia, caso não haja conciliação entre as partes;

**e)** A procedência do presente pedido para revisar os alimentos e fixá-los definitivamente no mesmo valor pleiteado no item b;

**f)** a condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, a serem revertidos em favor do Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do DF - PRODEF (art. 3º da Lei Complementar Distrital nº 908/2016, Decreto nº 28.757/2008), e depositados no Banco XXXXXXXXXX.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial pela juntada de documentos que instruem a presente Ação.

Dá-se a causa o valor de R\$ XXX (R\$ XXX - XXX valor anual anterior menos o valor anual requerido).

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXX/DF, XX de XXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**  
Requerente

---

FULANO DE TAL  
Defensor Público do Distrito Federal

Testemunhas:

1º FULANO DE TAL. Endereço: XXXXXX, XXXXX/DF CEP:XXXXX.  
Telefone (XX) XXXX-XXXX;

2º FULANO DE TAL. Endereço: XXXXXX, XXXXX/DF CEP:XXXXX.  
Telefone (XX) XXXX-XXXX/ XXXX-XXXX